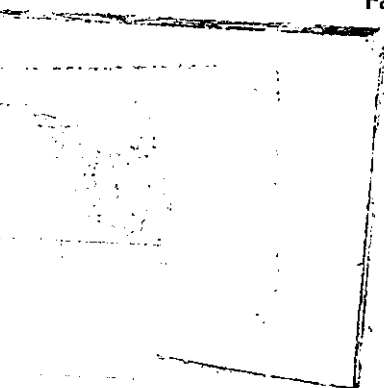


CONCRETIZAÇÃO DO CONCEITO DE DISPOSITIVO

LUÍS FERNANDES

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

UNIVERSIDADE DO PORTO



232

CONCRETIZAÇÃO DO CONCEITO DE DISPOSITIVO

Descrição duma aula da disciplina de Psicossociologia dos Dispositivos de Normalização, do 5º ano da Licenciatura em Psicologia, apresentada no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, sob a orientação do Prof. Cândido da Agra.

José Luís Lopes Fernandes

CENTRO DE PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Porto, 1990

ÍNDICE

	Pág.
1. OBJECTIVO DA AULA.....	3
2. MÉTODO.....	4
3. PROCEDIMENTO	4
3.1. comunicar os diferentes momentos da aula	5
3.2. reunião em pequenos grupos	5
3.3. discussão alargada.....	6
3.4. síntese.....	8
3.5. as próximas aulas.....	20

A disciplina de Psicossociologia dos Dispositivos de Normalização faz parte do 5º ano da licenciatura em Psicologia, integrando-se numa das áreas científicas optativas: a de Psicologia do Comportamento Desviante. É anual, ocupando 4 horas semanais, duas de aula teórica e duas de aula prática.

O relatório que agora se apresenta descreve uma aula prática da disciplina, realizada poucas semanas depois do início do ano lectivo - idealmente será a 4ª ou 5ª aula prática do ano, dependendo de os alunos já terem iniciado a sua experiência de estágio numa organização da área do comportamento desviante⁽¹⁾.

1. OBJECTIVO DA AULA

O objectivo imediato da aula é o de *concretizar o conceito de dispositivo*. A transmissão do conceito foi já feita em aulas teóricas prévias, pelo que, agora, se trata de o concretizar, procurando *a sua assimilação activa*.

Um objectivo menos imediato e que não se esgota nesta aula é o de, através da desmontagem da densidade de elementos que o conceito encerra, identificar a possibilidade de linhas comuns às diferentes organizações do

(1). Depois da 1ª aula prática, de apresentação e de discussão dos objectivos da disciplina a materializar no espaço das práticas, a 2ª e a 3ª aulas serão dedicadas à discussão do conceito de *normalização*, aos recobrimentos e diferenças entre socialização e normalização, ao próprio colocar em causa do nome da disciplina (deveria chamar-se Dispositivos de Socialização? Actualmente designa melhor os nossos objectivos?...). As duas aulas seguintes discutem o conceito de *dispositivo*. Assim, as cinco primeiras aulas desmontam o propósito da disciplina, indicam posturas de análise e estabelecem linhas de trabalho.

comportamento desviante onde o psicólogo pode exercer o seu acto profissional. O *dispositivo* evidenciará assim um nível instrumental que consiste na desocultação de lógicas comuns à dispersão das organizações, revelando regularidades que permitem configurar um determinado campo de saberes-poderes.

2. MÉTODO

Como método organizador da aula distinguem-se dois momentos principais: um centrado na actividade de grupo dos alunos (*momento de discussão*) e outro centrado numa actividade realizada por mim com base nos dados fornecidos pela discussão (*momento de síntese*).

A estratégia que guia o momento de síntese consiste em confrontar o conceito de *dispositivo* com os de *organização* e de *instituição*. Procede-se a um contraste entre eles como forma de sublinhar o *dispositivo* na sua singularidade conceptual. Faz-se também referência à *análise organizacional*, à *análise institucional* e à *análise do dispositivo*.

3. PROCEDIMENTO

Durante as duas semanas anteriores à aula os alunos tinham como tarefa fazer pesquisas bibliográficas acerca dos conceitos de *dispositivo*, *organização* e *instituição*. Esta tarefa era comum com a que lhes havia sido solicitada nas aulas teóricas, onde estes conceitos vinham a ser alvo duma exploração⁽²⁾. Pediu-se-lhes também que estivessem atentos à sua experiência de estágio - em que podiam elacionar o que viam no concreto duma organização com o que as leituras lhes iam sugerindo?

(2). Sobretudo no espaço das teóricas foram dadas as referências necessárias para se poder efectuar a pesquisa

3.1. Comunicar os diferentes momentos da aula (cerca de 10 min.)

Para a aula parte-se, pois, deste trabalho individual anterior, que agora deverá ser posto em comum. Introduzo, assim, uma actividade de grupo, apelando para a concretização colectiva de dois objectivos: explorar os sentidos encerrados pelos conceitos, através da confrontação e aprofundamento das contribuições individuais; identificar e discutir possíveis funcionalidades do dispositivo, procurando relevar-lhe potencialidades como instrumento que informe a prática concreta do psicólogo no contexto duma dada organização - recorrem, aqui, à sua experiência de estágio num local de trabalho concreto.

Proponho que, depois desta primeira reunião em pequenos grupos, se passe a uma discussão alargada em que cada grupo expõe as linhas gerais que teve em debate; no final da sua exposição, cada um dos outros grupos pode interpelar aquele que acaba de expôr; por último, caber-me-à a mim sistematizar o que tal discussão proporcionar, bem como introduzir elementos que ajudem à clarificação dos conceitos.

3.2. Reunião em pequenos grupos (cerca de 30 min.)

Os alunos reúnem-se em pequenos grupos de três elementos cada, organizando entre eles uma discussão em que põem em comum o trabalho individual prévio. Elaboram, em tópicos, uma breve síntese do trabalho de discussão, de modo a que possam comunicá-lo posteriormente aos outros grupos.

Durante o decurso desta fase da aula procuro não interferir com o funcionamento dos grupos, deixando que cada um encontre o seu modo de trabalho e discuta autonomamente. Estou, no entanto, atento e disponível a solicitações, sempre que partam da vontade dos membros de algum dos grupos. Aquando destas solicitações, sempre que notar impasses na concretização do conceito (p.e. dificuldades em se descentrarem dum nível puramente abstrato,

das "definições"), faço a sugestão a cada elemento para recorrer à sua actual experiência de estágio, na qual contacta com um dado objecto, uma dada prática e uma dada organização (p.e. com a toxicoddependência, os trabalhos preventivo e terapêutico e o Centro de Atendimento a Toxicoddependentes).

3.3. Discussão alargada (cerca de 40 min.)

Cada grupo transmite o produto da análise e discussão conjuntas, salientando os tópicos que nos permitam aproximar daquilo que recobre o conceito de dispositivo. No final da intervenção de cada grupo, os outros poderão lançar questões sobre aspectos que tenham ficado pouco claros ou que lhes pareçam merecer reparo.

Nesta fase desempenho papel moderador das intervenções, nomeadamente na gestão do tempo e distribuição da comunicação durante o período em que os grupos se interpelam. Mas não intervenho ainda àcerca dos conteúdos expostos, a não ser para pequenas clarificações ou alguma correção que se revele importante para assegurar o rigor conceptual da discussão. À medida que ouço os grupos vou elaborando uma síntese do que dizem, com vista ao momento seguinte da aula.

Uma das conclusões centrais da discussão alargada, que vai sendo verbalizada de vários modos e que surge como consensual entre os grupos, é a de que a organização em que cada um faz estágio se apresenta como um lugar privilegiado ao nível da emissão de informações. Deêm-se dois exemplos:

- o Estabelecimento Prisional do Porto ("Custóias"), a integração numa equipa do Instituto de Reinserção Social: o sistema da Justiça Penal, o regime da penalidade; a prisão reclama a ligação aos tribunais de instrução criminal, aos tribunais judiciais, aos tribunais de execução de penas, de menores, às equipas de reinserção social...; a diferenciação dos especialistas (juizes, magistrados,

psicólogos, técnicos de serviço social, educadores, vigilantes), a diferenciação das técnicas: estratégias penais, educativas, clínicas, de reinserção...

- o Centro de Atendimento a Toxicodependentes: a articulação de práticas em torno do toxicodependente (relação clínica, centro de dia, comunidade terapêutica), a articulação de especialistas (médicos, psiquiatras, psicólogos, técnicos de serviço social), a articulação de discursos (sobre o corpo, sobre a psique, sobre o social; sobre a doença, sobre a dependência psicológica, sobre as patologias sociais; o clínico, o preventivo, o tratamento, a educação, a promoção da saúde; droga-delinquência - as novas figuras da desordem).

Discutem-se formas de fazer com que a presença dos alunos no quotidiano da organização permita escutar o que ela diz: como fala de si através do acto técnico que produz? Como fala das figuras a que se destina? Como as manipula enquanto objectos de saber, como se liga a organizações congéneres (a rede de organizações que são o plano visível, imediato, do dispositivo)? ou seja, exige-se a atenção ao discurso manifesto, ao discurso latente nas práticas, ao que está para além daquela organização concreta mas que esta permite escutar. Assenta-se na necessidade de organizar uma recolha sistemática de textos que falem da organização (da sua criação, dos seus desígnios, textos produzidos pela própria organização; textos de carácter variado, desde os de teor jurídico aos regulamentos internos, aos textos teóricos - p.e. sobre a figura a que a organização se destina). Constituir, pois, uma rede de documentos que nos sirvam de objecto para a análise.

Intervenho então para reformular esta constatação geral da visibilidade que uma organização concreta permite, dizendo que ela se pode constituir num *analizador*, e que este é sempre um *dispositivo* que "sem a referência ao sujeito pensante consciente, permite a análise, revela formas das redes, fornece informações, revela e faz falar as estruturas" (tomo esta definição de Agra, 1986).

3.4. Síntese (cerca de 30 min.)

A partir dos apontamentos que a discussão alargada me permite colher, sintetizo os contributos no sentido de concretizar o conceito de dispositivo; talvez possa dizer que, ao tentar pôr em ordem o que disseram, o faço já de acordo com um esquema prévio: elaboro já uma dada direcção de análise, ponho em ordem materiais dispersos de acordo com uma determinada grelha de codificação; esta direcção de análise, esta grelha de codificação, exemplificam, em traços por agora ainda muito genéricos, uma *análise dos dispositivos* do comportamento desviante. O dispositivo é, visto assim, um mecanismo que permite, ou fornece, uma direcção de análise, que traça um esquema que funciona como grelha de codificação. Vejamos:

- cada um, na organização onde estagia, identifica diferentes objectos, práticas diversas (penais, educativas, clínicas...), estratégias diversificadas dentro de cada domínio (p.e. a proliferação de modalidades clínicas), discursos vários (sobre a prevenção, sobre o tratamento, sobre a reinserção do toxicodependente, p.e.) distintos emissores dos discursos (directores, técnicos, utentes/clientes/reclusos, leigos...); por outro lado, a organização desdobra-se internamente, não só nos diferentes serviços que a racionalizam, especializando-lhe o acto e portanto optimizando a eficácia, mas também nas ligações entre serviços (p.e. a prisão articula no seu interior a equipa de reinserção social, formalmente uma organização à parte; o COAS articula a escola...); cada organização remete para outras (a prisão para os tribunais, o COAS para os estabelecimentos de reeducação...) e todas parecem remeter para a comunidade (reparei que até a prisão, que um de vós nos disse "ser um mundo obscuro, fechado, mesmo estando lá dentro dá a impressão que não se tem acesso ao que lá se passa, às vezes mesmo com as coisas mais quotidianas", até a prisão, dizia, fala em ligação à comunidade, na abertura ao exterior); e cada figura do comportamento desviante constitui o pólo sobre o qual se vêm definir

estratégias, detectar necessidades (institucionais, de trabalho em comunidade), cada uma delas exige articulações (de serviços, de abordagem teórica - o quase omnipresente tema da inter/pluri/multidisciplinaridade -, de técnicos - o quase omnipresente tema do trabalho em equipa), cada um reclama urgências (conter a delinquência, conter a expansão das drogas...) e polariza um pedido social;

- ou seja, é possível detectarmos estratégias de saber, organizadas em teorias sobre os diferentes objectos da desviância, organizadas em práticas informadas por racionais ditos científicos; e estratégias de poder cujo efeito mais visível se traduz nas necessidades, articulações e urgências a que ainda agora me referia - campo dos mecanismos de controle social, micropoderes difusos de gestão da vida; e as estratégias de poder exercem-se exercendo saber, fortalecendo um saber, multiplicando-o, distribuindo-o, aplicando-o; tal como as estratégias de saber se exercem exercendo poder, fortalecendo um poder, multiplicando-o e distribuindo-o; o exercício de um saber produz poder e o exercício deste legitima-se e torna-se racional e eficaz porque se exerce de acordo com aquele - não há causa-efeito dum ao outro, há efeitos de poder no exercício de um saber e, reciprocamente, há "relações de poder que tornam possíveis certas espécies de discursos", tomando os termos do próprio M. Foucault (1976). Há, em síntese, um *saber-poder* (Foucault);

- parece termos aqui chegado a acordo sobre uma das possibilidades que a presença quotidiana numa dada organização nos oferece: ela permite-nos captar uma *dispersão de discursos - escutá-los* no momento da sua produção, na sua emergência permanente a partir de numerosos emissores nas suas relações de poder locais e quotidianos, *surpreendê-los* também no arquivo onde se guardam; permite-nos olhar *uma série de práticas* e contactar uma variedade de especialistas. Permite-nos, em síntese, identificar os diferentes pontos das relações de poder, "a multiplicidade das relações de força imanentes e próprias do domínio em que se exercem" - o poder aparece como um diagrama dos traços que unem uns pontos aos outros. Tem uma presença local, instável e

omnipresente: "(...) está-se produzindo a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda a relação de um ponto com outro" (Foucault, 1976); permite-nos, enfim, uma visibilidade sobre as estratégias de saber-poder dirigidas a um objecto (ou uma série de objectos). Uma *organização* é pois, assim encarada, a tradução momentânea, sólida e situada num tempo concreto, dum dado *dispositivo* - é um *analisador* do dispositivo. A organização é um desenho localizado e *discreto*, uma "cristalização" (para usar um termo de Foucault), dum *fluxo* mais vasto, cujos pontos permanentemente móveis do diagrama formam um "dispositivo de conjunto" (para usar outra vez um termo de Foucault);

- o *dispositivo* aparece assim como um mecanismo que articula uma heterogeneidade de práticas discursivas e não-discursivas, tal como cada um de vós foi capaz de dar aqui conta. Aparece como um mecanismo que as faz inter-relacionar e comunicar e as organiza segundo um esquema explicativo subjacente. Dispositivo que, tal como também acabámos de ver, articula em si diferentes relações de saber-poder (definição tomada de C. da Agra, 1986).

Estamos perante um determinado dispositivo quando desocultamos uma mesma *racionalidade* por sob a dispersão discursiva e de práticas em torno de um objecto, ou mesmo de uma série de objectos que pode, ela própria, parecer dispersa. Ele comunica uma mesma *lógica* àquilo que parecia uma multiplicidade;

- esta primeira concretização que demos ao conceito, exemplificada com recurso ao plano organizacional em que cada um de vós está inserido, mais do que colocar-nos perante uma definição estática do conceito coloca-nos perante uma concepção de análise das práticas sobre o comportamento desviante; talvez possamos dizer que o conceito só se define à medida que vai propondo um sentido para análise - e o próprio Foucault, em A VONTADE DE SABER, é assim que o fixa: sem nunca o definir de uma vez, vai-o revelando, vai-o

construindo à medida que constrói uma "análise da formação de certo tipo de saber sobre o sexo em termos de poder" (Foucault, 1976).

Contrastando-o com outros - o de *organização* e o de *instituição* - podemos levar mais longe esta primeira concretização. Retomando muitas das coisas que já disseram quando há pouco apresentaram o sumário do vosso trabalho de grupo, sintetizarei brevemente:

ORGANIZAÇÃO: Etzioni (1965) define-as como unidades sociais construídas deliberadamente com o fim de alcançar fins específicos; caracterizadas pela divisão do trabalho, do poder e das responsabilidades no sentido de favorecer a realização dos fins específicos, pela presença de um ou mais centros de poder que controlam os esforços concentrados dos membros no sentido dos fins a atingir, e pela substituição do pessoal (transferência, promoção, exclusão...); Talcott Parsons refere o facto de serem unidades sociais intencionalmente construídas e reconstruídas a fim de atingir objectivos precisos; Tannembaum salienta a distinção entre organização formal, que é a que foi planificada pelos seus criadores, prescrita e regulamentada, reflexo oficial dos seus postulados sociais, psicológicos e administrativos, e organização informal, que é aquela que, não tendo sido concebida, resulta da formação de grupos de afinidade e de ligações que se constituem infalivelmente quando os homens estão em conjunto. Lapassade e Lourau sublinham também os planos formal e informal da organização.

Percorrendo várias definições identificamos traços salientes, que parecem ser consensuais sobre o que é uma organização:

- associação de indivíduos ou grupos numa unidade social cuja composição é variável no tempo.
- existência de objectivos
- estruturas desenvolvidas com o fim de atingir esses objectivos.

Nestes traços comuns parece haver uma leitura da organização como algo dotado da capacidade de se pensar e de dirigir intencionalmente o seu comportamento: a existência de planificação em função de objectivos corresponde a admitir que é capaz de reflectir e agir por si; por outro lado, saliente-se o carácter *visível* deste tipo de unidade social.

Hoje, nas formas de teorizar a organização, prevalece a perspectiva sistémica: a organização é sistema aberto, em relação dinâmica com o meio (é sistema de sistemas mais vastos), com interdependência das partes, com articulação de subsistemas, dotada de homeostasia e autorregulação, contendo fronteiras, dirigindo-se em função de objectivos, tendo um comportamento probabilístico e não-determinístico (afectado por variáveis exteriores à organização e pela própria composição interna; determinada pela procura de níveis sucessivos de adaptação - estabilidade relativa).

De acordo com este tipo de conceptualização da organização, é possível uma *análise organizacional*: análise do sistema organização, dos seus subsistemas, análise das relações dos indivíduos com as normas e as regras, análise dos grupos informais (o sociograma em vez do organigrama, as relações escondidas, a estrutura informal, em vez das relações oficiais), análise da burocracia. Esta análise ordena-se a uma acção interventiva: levar a cabo uma análise de pontos de rigidez dos aparelhos, autoritarismo do comando, dificuldade de comunicação, falta de feed-back...; informar uma intervenção no sentido de re-adequar a burocracia de organização, torná-la mais livre, facilitar a comunicação interna, desenvolver os quadros, adequar as formas de autoridade e controle às necessidades reveladas pelos grupos informais...

A psicossociologia das organizações corresponde assim a um trabalho interno sobre uma unidade social concreta, o que instaura um nível de análise, como sublinharei à frente, sobre aquilo que é possível captar enquanto sólido (uma estrutura física e social), visível (pela sua evidência imediata, pela sua

presença) e captável (pela positividade das suas manifestações, dos seus comportamentos, dos seus objectivos).

INSTITUIÇÃO: o termo pode ter uma leitura muito próxima do senso-comum, tal como, p.e., o define Goffman (1974). Diz que "os estabelecimentos sociais - instituições no sentido diário do termo - são locais tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas em que ocorre actividade de determinado tipo". Além da proximidade com o senso-comum, há também uma sobreposição de significado em relação ao conceito de organização. No entanto, já os grandes sociólogos propunham a *instituição* como algo que ultrapassava os limites da organização, designando todas as maneiras de pensar e de agir que o indivíduo encontra pré-estabelecidas (Durkheim). Esta concepção clássica tem também sobreposições de significado com o termo cultura (e mesmo, em certa extensão, com o termo ideologia). Assinala, de qualquer modo, à instituição um referencial para além da psicologia individual sendo mais a síntese dum funcionamento colectivo do que o produto voluntário de sujeitos individuais. A "instituição vivente" tal como se forma, funciona e se transforma constituía para os primeiros grandes sociólogos um fenómeno especificamente social - e designava o próprio objecto da sociologia.

Centrar-me-ei, agora, ainda que brevemente no conceito de instituição tal como aparece em Abram Kardiner (1939). E faço-o por dois motivos: primeiro porque a *instituição* aparecia aí como o objecto de interface entre o psíquico e o cultural, superando um enfeudamento teórico inicial na sociologia; Ralph Linton diz que "Kardiner é o primeiro a tentar verdadeiramente integrar o psíquico e o cultural numa só estrutura dinâmica" (Linton, 1939)⁽³⁾; segundo porque permite aproximações que me parecem evidentes com o conceito de dispositivo.

⁽³⁾ A obra de Goffman *ASILOS, PRISÕES E CONVENTOS* foi dada como referência básica da disciplina e considerada de leitura indispensável logo ao início do ano.

Instituições são um dos sistemas de integração do indivíduo na sua cultura. O conjunto das instituições duma cultura dada é o instrumento que cria um leque de atitudes que fornecem ao Eu o poder de se orientar no conjunto das situações; é ele que nos permite definir os processos de adaptação, de integração, de regulação, em função dos quais o Eu se constitui como tal.

Deixo como exercício teórico aos alunos confrontarem esta relação entre as instituições e o Eu proposta por Kardiner com a que Goffman desenvolve na sua análise das *instituições totais*, onde, parece-nos, defende uma relação que guarda semelhanças com esta⁽⁴⁾

Não vou aprofundar agora as relações entre as *instituições primárias* (nas quais Kardiner salienta as disciplinas de base orais, anais, sexuais que fazem parte das técnicas educativas básicas de cada cultura e que regulam os primeiros contactos e controlos de que o sujeito é objecto; o tipo de estrutura da família; o tipo de economia/técnicas de subsistência) não vou, dizia, aprofundar as relações destas com a emergência duma dada *personalidade de base* e com as *instituições secundárias* (sistemas de tabus, religião, ritual, folclore, técnicas de pensamento); não vou pormenorizar a dialética entre estas três instâncias, que produz modificações complexas ao longo do tempo em todas elas (doutro modo a cultura seria estática). Queria antes chamar a atenção para dois aspectos, que designarei por *funcionalidade* e por *supraindividualidade*.

Funcionalidade:: a instituição aparece, com Kardiner, como o *instrumento* que se encarrega de materializar a cultura, no sentido em que permite defini-la através de práticas concretas, por um lado, e por outro torna inteligíveis os mecanismos de acção sobre os indivíduos. Digo bem, pois, ao falar em instrumento: trabalhando, exhibe um mecanismo de acção que possibilita ver a formação progressiva do produto - define assim a sua funcionalidade. Com

(4) Interessante ainda assinalar no pensamento de Kardiner o recurso a esquemas explicativos que superam a causalidade linear (estávamos na década de 30, antes da expansão dos modelos de causalidade próprios da racionalidade sistémica - cujas bases estavam no entanto precisamente nesta década a nascer, sobretudo na engenharia de sistemas autorregulados e na fisiologia).

efeito, são as instituições que asseguram uma experiência comum aos membros de uma sociedade, são portanto um *integrador* cultural. Pelo conjunto das instituições primárias o indivíduo é *instituído*; pela acção que tem nas instituições estabelecidas, ele é também sujeito *instituinte* (a dialética personalidade de base/instituições actualiza-se no, e pelo indivíduo).

Ora, não é também assim com o dispositivo? Não é também um *integrador* cultural, não é por ele que o sujeito é *normalizado* e depois se torna *normativo*? Não corresponde o conjunto das instituições, que "jogam um papel na formação das noções fundamentais com as quais o indivíduo define a sua relação com os objectos do mundo exterior" (Kardiner, 1939), a uma *normalização concreta ou espontânea*?⁽⁵⁾ As instituições são o dispositivo na sua fase de normatividade espontânea; na sua fase normativo-racional, ele surge como máquina de produção de saberes, multiplicador de discursos, gerador de poder. É o dispositivo segundo Foucault. As instituições são um instrumento que materializa a cultura (qualquer cultura - a cultura que façamos objecto de análise); o dispositivo é um instrumento que materializa um dado estado duma cultura: as sociedades ocidentais desde a Idade Clássica. Com efeito, Foucault diferencia aos poucos o conceito para dar conta de condições de possibilidade dos saberes (análise dos epistemas em *A ARQUEOLOGIA DO SABER*, onde o conceito de dispositivo, presentindo-se, ainda não é nomeado), para demonstrar a emergência e o efeito de estratégias de poder (*VIGIAR E PUNIR*) e finalmente para se debruçar sobre o funcionamento e a razão de ser do regime de poder-saber que sustém o discurso sobre o sexo, constatando desta vez às claras a existência dum dispositivo que, "por uma rede de mecanismos que se encadeiam, garante a proliferação dos prazeres específicos e a multiplicação das sexualidades

(5) No espaço das aulas teóricas C. da Agra distinguiu normalização concreta ou espontânea, normalização racional e metanormalização, a que correspondem vários graus de diferenciação do dispositivo. A primeira definição que demos dele, fiel às formulações de Foucault, correspondia ao nível ou fase normativo-racional do dispositivo, que é aquela que estamos a explorar nesta aula. C. da Agra desenvolve, pois, a formulação foucauldiana do conceito, expandindo-a para fora das fronteiras em que se encontra delimitada em *A VONTADE DE SABER*.

diversificadas" (Foucault, 1976). Mas, numa segunda leitura, o que a aplicação cabal do conceito de dispositivo permite é a análise de relações de força na sociedade ocidental e a caracterização dum poder específico a que chama *estratégia*, é uma analítica do crescimento/diferenciação dos discursos, da ascensão da normalização a um *nível normativo-racional* (C. da Agra) - a sociedade disciplinar.

As práticas de normalização - desde a educação à clínica, desde a reeducação à punição - e as organizações - desde a escola ao hospital, desde o instituto de reeducação à prisão - surgem assim enquadradas num racional que as articula, num racional que, atravessando-as, não se resume a elas, antes apela para estratégias de poder e para discursos que sustentam a sociedade disciplinar: "o poder não é uma instituição, e não é uma estrutura, não é certa potência da qual alguns estariam dotados: é o nome que se presta a uma situação estratégica complexa numa sociedade dada". (Foucault, 1976) - eis aquilo que o dispositivo permite desocultar.

Num comentário final à *funcionalidade* da instituição e do dispositivo arrisco um paralelo, que não dou por seguro, mas que coloco como hipótese à discussão de todos, a retomarmos em aulas futuras: a instituição cria/articula constelações de comportamentos ao nível do indivíduo; o dispositivo cria/articula, digamos, constelações de comportamentos ao nível do exercício dos saberes-poderes, ao nível das práticas do controle social. Uma dispersão de práticas surge esclarecida e unificada (na função e na lógica) pelo conceito de instituição (práticas aparentemente tão afastadas como a aprendizagem do controle de esfíncteres e as leis reguladoras da propriedade...); tal como uma dispersão de organizações, de práticas e de discursos surge esclarecida e unificada (na função e na lógica) pelo conceito de dispositivo - e ambos, instituição e dispositivo, definem níveis diferentes dum mesmo processo: a normalização, nos seus momentos concreto-espontâneo e normativo-racional (retomemos aqui C. da Agra e a aula teórica). A organização, por sua vez, surge como o sólido que

cristaliza, e portanto torna nítido, o dispositivo. As organizações típicas das sociedades ocidentais, aquelas que são objecto da psicossociologia das organizações, são a forma que o dispositivo atinge ao organizar-se - o plionasmo não é aqui supérfluo, mas revelador. É um suporte físico resultante de amplos efeitos emanados do dispositivo, que percorrem o conjunto do corpo social - aparição material das relações de saber-poder que se formam no interior dos dispositivos e que se traduzem na circulação dos discursos e na microfísica do poder social. Daí, pela sua materialidade, pelo seu carácter de objecto sólido, estar apta a fazer falar o dispositivo, constituindo-se como analisador.

Se falássemos agora do dispositivo na extensão conceptual que lhe propõe C. da Agra integraríamos as noções de instituição e de organização como momentos particulares do dispositivo: respectivamente nas suas fases de normatividade espontânea e de normatividade racional. Aparições com graus de visibilidades diferentes, a primeira mais oculta e a segunda mais visível.

Supra-individualidade: "A presença das instituições primárias não é nunca relevada pelo indivíduo, ao qual elas parecem tão evidentes como o facto de respirarem" (Kardiner, 1939); "(nos dispositivos) a lógica é perfeitamente clara, os alvos decifráveis, e no entanto sucede não haver ninguém para as conceber e muito poucos para formulá-las: carácter implícito das grandes estratégias anónimas, quase mudas, que coordenam táticas loquases (...); (na análise do poder) não busquemos a opção ou decisão de um sujeito individual; não busquemos o estado maior que governa a sua racionalidade" (Foucault, 1976).

O carácter supra-individual tanto das instituições como dos dispositivos traduz-se não apenas no modo como eles articulam relações de força que não são a cada momento ditadas explicitamente por focos individuais (o "carácter implícito das grandes estratégias anónimas"), como no modo de exibirem o seu efeito específico - educa-se, integra-se culturalmente, normaliza-se, à revelia da

consciência individual dos sujeitos assim instituídos e normalizados; e à revelia não porque se usem procedimentos furtivos, mas porque eles parecem tão evidentes "como o facto de respirar"⁽⁶⁾, não porque se produzam recalcamientos com base na lei e na repressão mas porque se tecem estratégias que são imanentes a toda a relação. Daí o alcance que o conceito de poder tem em Foucault: não fala das suas formas visíveis, efeitos de extremo como a dominação ou Estado, mas do poder estratégico, do que se produz a cada momento "nos pedestais móveis das relações de forças que sem cessar induzem, pela sua desigualdade, estados de poder - mas sempre locais e instáveis" (Foucault, 1976). É no contexto deste exercício que atravessa em profundidade todas as camadas do social que, parece-me, devemos situar o dispositivo.

Talvez possamos traduzir num esquema algumas das ideias agora expostas. E talvez possamos também ir complexificando este esquema, ou criar outros, à medida que formos nas próximas aulas concretizando estas ideias na nossa experiência concreta no interior duma organização constituída em analisador.

(6) Tanto a *funcionalidade* como a *supraindividualidade*, ao revelarem curiosas formas comuns entre a instituição e o dispositivo, nos fazem pensar que, tal como tentou demonstrar C. da Agra nas aulas teóricas, de facto talvez a instituição possa ser encarada com proveito como *uma fase do dispositivo*, o seu momento concreto/espontâneo. De qualquer modo ainda fica para posterior trabalho teórico explicar como se instala a fase normativo-racional a partir daquela, e como é que ambas coexistem. O dispositivo em Foucault é sempre um dispositivo normativo-racional, parece-nos, daí que possa ser desocultado através de analisadores tais como organizações concretas (o hospital, a prisão...), que são a sua materialização física, ou "a parte visível do dispositivo" (C. da Agra, comunicação pessoal)

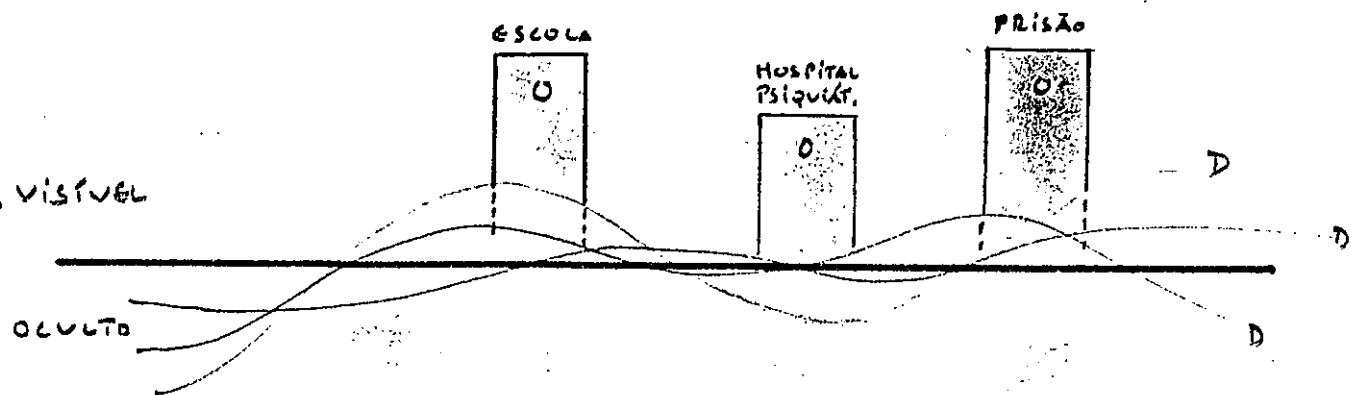


FIGURA 1. - OS DISPOSITIVOS (D) E AS ORGANIZAÇÕES (O)

Com D assinalam-se as curvas que traçam o *dispositivo*: são várias, pois correspondem a práticas heterogêneas; ou, se se quiser, correspondem a dispositivos institucionais, discursivos, jurídicos, a dispositivos revelados pelas práticas e técnicas... (o próprio Foucault tanto fala em *dispositivos de conjunto* como aplica o termo designando aquilo que se organiza em torno de um objecto - p.e. o sexo, o *dispositivo da sexualidade* -, duma organização - o *dispositivo da prisão*...). As partes da curva abaixo do eixo horizontal (o *oculto*) designam as ligações subterrâneas, as lógicas e esquemas comuns, que ligam a heterogeneidade referida. Assinalam o carácter essencial do dispositivo: a sua natureza oculta, o seu carácter impensado, que no entanto ao emergir, se traduz em corpos visíveis: uma disciplina de saber formalmente delimitada (p.e. a psicopatologia), uma organização (p.e. o hospital psiquiátrico), uma acção delimitada (p.e. as práticas de prevenção) - daí termo-lo também figurado com partes da curva na zona do visível. Essas partes da curva transformam-se em sólidos discretos ao cristalizarem em formas organizacionais concretas assinaladas com O na figura. Estas são da ordem do premeditado, enquanto o dispositivo é na ordem do impensado, são da ordem do *discreto*, enquanto o dispositivo é da ordem do *contínuo*: a análise do dispositivo é análise de fluxos, é da ordem do movimento - que os faz aparecer, expandir-se, sobrepôr-se/imbricar-se com outros, entrar em crise, eventualmente desaparecer.

Inscribe-se em segmentos temporais mais largos - a análise do dispositivo é uma análise, neste sentido, histórica. O dispositivo só significa, só se revela, se corresponder a um fluxo insistente, que disponha do tempo necessário para articular tentativas, ensaios e para fazer emergir formas visíveis. O dispositivo revela a sua existência, faz significar uma racionalidade, evidencia uma estratégia, propõe uma lógica, através da profundidade da sua actuação, que implica também uma profundidade temporal - daí ser um instrumento privilegiado de análise histórica, daí ser um instrumento que proponha um trabalho sobre o *fundo*. Quanto à análise organizacional, é sincrónica à própria existência da organização, visa o seu funcionamento imediato - mexendo na sua natureza sólida, dirigindo-se ao seu nível interno, não intervém no fluxo que a percorre, que lhe é anterior e, na medida em que é largamente oculto, lhe é também intangível.

3.5. As próximas aulas

Os alunos utilizarão as organizações onde estão como analisadores. Tal como já foi sugerido durante a discussão alargada (cf. 3.3.), procederão à constituição de uma rede de textos/documentos, darão atenção às práticas quotidianas, ao plano das intervenções técnicas, às manifestações do discurso. Do discurso sobre o objecto, materializado em enunciados, definido em conceitos, desdobrado em teorias, mas também ao discurso que através destes elementos se faz superfície de emergência - da norma e do desvio -, se faz instância de decisão - quem fala? Como tem, porque tem legitimidade? Que instância apropria o discurso e o instaura como normativizante?

Em cada semana, ao longo das próximas, procurarão que a organização, no conjunto das suas práticas, revele formas e faça falar aquilo que até aí se ocultava - esboçaremos assim a análise dos dispositivos:

- da droga em Portugal (as 2 alunas do CAT, Centro de Atendimento a Toxicodependentes)

- da Justiça Penal em Portugal (a aluna que está no IRS, Instituto de Reinserção Social); como se insere a reinserção social no dispositivo em causa? É um analisador do penal ou tende a configurar-se ela própria como um dispositivo que atravessa, entre outros, o terreno do penal?

- jurídicos de menores em Portugal (as 2 alunas que estão no COAS, Centro de Observação e Acção Social do Porto); como se inserem as práticas de reeducação de menores no dispositivo em causa? Darão, elas próprias, lugar a um dispositivo, ao afastarem-se da penalidade em direcção ao educativo? Que revela este deslocamento?

- da saúde mental (as 2 alunas que estão a estagiar no Bairro da Sé, colaborando em experiências de saúde mental comunitária aí a decorrer); que nos dizem as práticas de contacto directo com o bairro sobre as novas estratégias da saúde mental? A que estratégia profunda corresponde esta vontade de abrir o hospital, de sair dele, em direcção aos contextos ecológicos onde se identificam as patologias? Que transformação, no dispositivo? Corresponde à procura de alternativas que lhe reorganizem o fluxo interventivo e re-injectem a psiquiatria, reconhecidamente em crise, numa nova eficácia? Que nos diz, também, o cruzamento de referenciais teóricos aparentemente tão dispersos a propósito da intervenção "de rua"?

- educativo, (a aluna que utiliza organizações do ensino básico como analisador). Corresponde a escola ao lugar numa prática de normalização que revele formas comuns com os dispositivos clássicos de normalização? Será uma forma "soft" daquele, deixando vir à luz, se as desoculturamos, práticas que relevam numa mesma vontade (de ortopedizar os actos dos indivíduos), numa mesma estratégia (de produzir bio-poder), numa mesma lógica (a gestão da vida), dirigindo-se finalmente, à macro-estratégia que atravessa as sociedades, ocidentais - racionalizar o social, produzir disciplinas, vigiar o corpo, o psiquismo, o corpo social.

- da saúde mental, ainda (a aluna que estagia no Centro de Alcoologia). Que significado tem autonomizar este serviço do Hospital Psiquiátrico (dito de Sector) em que nasceu? Estamos perante um objecto que, destacando-se da nosologia psiquiátrica se autonomize, ganhe um contorno novo, ordene novas práticas e tenha tendência a esboçar um dispositivo? Nesse caso, que nos diz sobre o dispositivo donde emergiu? Anuncia-lhe uma crise, um desvanecimento (tal como acontece com a droga)? Ou, pelo contrário, há em tudo isto efeitos de superfície e estamos perante uma adaptação do dispositivo da saúde mental a novas exigências dum velho objecto?

Estas questões são hipóteses de trabalho que semanalmente nos permitirão organizar a discussão. Cada grupo de alunas (ou cada aluna, no caso de trabalhar sozinha), dará conta aos outros colegas do material que vai recolhendo e de como vai procedendo, assim a pouco e pouco, à análise do dispositivo. Esta análise supõe igualmente uma grande articulação com as aulas teóricas, evitando o escolho da análise "naif".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA, C. da (1986). *Science, maladie mentale et dispositifs de l'enfance. Du paradigme biologique au paradigme systémique*. Lisboa: INIC.
- ETZIONI, A. (1965). *Organizaciones modernas*. México: Union Tipográfica Editorial Hispano-Americana.
- FOUCAULT, M. (1969). *Archeologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1975). *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1976). *L'histoire de la sexualité - la volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- GOFFMAN, E. (1971) *Asilos, prisões e conventos*. São Paulo: Ed. Porspectiva.
- KARDINER, A. (1939). *L'individu dans sa société - essay d'antropologie psychanalytique*. Paris: Gallimard.
- LINTON, R. (1939). *La culture et l'individu*. Prefácio a A. Kardiner, *L'individu dans sa société*. Paris: Gallimard.